



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

046. PROVA OBJETIVA

AUDITOR FISCAL DE RENDAS MUNICIPAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

01. Leia a tira a seguir:



(Bill Watterson. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos/>)

Considerando as informações verbais e não verbais da tira, é correto afirmar que, no 2º quadro, a professora

- (A) sugere que o garoto costuma distribuir doces entre os colegas de sala.
- (B) demonstra arrependimento por ter sido ríspida com o garoto no 1º quadro.
- (C) revela achar correto que cada aluno traga o próprio chiclete para a sala de aula.
- (D) tem a expectativa de que o garoto responda negativamente à sua pergunta.
- (E) insinua querer que o garoto distribua seus chicletes e retire-se da sala de aula.

Leia o texto a seguir para responder às questões 02 a 04:

A leitura nos convida a conhecer a experiência de homens e mulheres, de nossa época ou de épocas passadas, de diferentes lugares, transcrita em palavras que podem nos ensinar muito sobre nós mesmos. E os textos que alguém nos passa, e que também passamos a outros, representam uma abertura para círculos de pertencimento mais amplos, que se estendem para além do parentesco e da localidade.

Vou citar Albert Camus, um escritor que conhecia bem a pobreza e que escreveu: “A pobreza e a ignorância tornavam a vida mais difícil, mais insípida, fechada em si mesma; a miséria é uma fortaleza sem ponte levadiça”. A imagem de uma fortaleza sem ponte levadiça nos lembra o quanto a reclusão e o isolamento são, em geral, o destino que cabe aos pobres. Pois o que também distingue as categorias sociais, não esqueçamos isso, é o horizonte, o espaço de referência daqueles que as compõem. Alguns podem ver mais longe que outros, pensar suas vidas em uma outra escala. E o horizonte de muitos habitantes da zona rural, de condição modesta, como também o horizonte popular urbano, foi, por muito tempo, e ainda o é com frequência, a família, os vizinhos, “nós”. Enquanto o resto do mundo é visto como “eles”, com traços bem mal definidos.

Mas, às vezes, existem pontes levadiças. Camus, assim como outros escritores nascidos em famílias pobres, expressou sua gratidão por um professor e por uma biblioteca municipal que o haviam ajudado a descobrir que existia algo além

do espaço familiar. Para ele as pontes levadiças foram esse professor e essa biblioteca. Cito-o novamente: “No fundo, o conteúdo dos livros pouco importava. O importante era o que sentiam ao entrar na biblioteca, onde não viam a parede de livros negros mas sim um espaço e horizontes múltiplos que, desde a entrada, lhes tiravam da vida estreita do bairro”.

(Michèle Petit, *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Adaptado)

02. Para a autora, a leitura é uma forma de as pessoas

- (A) estudarem melhor sua língua.
- (B) aprimorarem seu texto escrito.
- (C) conhecerem melhor a si próprias.
- (D) valorizarem mais o espaço familiar.
- (E) aperfeiçoarem seu raciocínio lógico.

03. Assinale a alternativa em que palavra destacada foi empregada em sentido figurado.

- (A) “A leitura nos convida a **conhecer** a experiência de homens e mulheres...” (1º parágrafo)
- (B) “E os **textos** que alguém nos passa, e que também passamos a outros...” (1º parágrafo)
- (C) “Vou citar Albert Camus, um **escritor** que conhecia bem a pobreza...” (2º parágrafo)
- (D) “... o que também distingue as categorias sociais, não esqueçamos isso, é o **horizonte**...” (2º parágrafo)
- (E) “**Alguns** podem ver mais longe que outros, pensar suas vidas em uma outra escala.” (2º parágrafo)

04. Considere as passagens a seguir:

- “... a reclusão e o isolamento são, em geral, o destino **que** cabe aos pobres.” (2º parágrafo)
- “... expressou sua gratidão por um professor e por uma biblioteca municipal **que** o haviam ajudado...” (3º parágrafo)

As palavras destacadas podem ser, correta e respectivamente, substituídas por:

- (A) o qual ... os quais
- (B) o qual ... o qual
- (C) o qual ... a qual
- (D) os quais ... a qual
- (E) os quais ... os quais

05. Assinale a alternativa em que a norma-padrão de concordância verbal foi plenamente respeitada.

- (A) Existe livros de diversos gêneros literários disponíveis nas bibliotecas.
- (B) Sempre houveram pessoas capazes de apresentar os livros aos jovens.
- (C) Encontram-se nas bibliotecas diferentes tipos de autores e de leitores.
- (D) Nas escolas é comum que se falem de autores nacionais e estrangeiros.
- (E) É imprescindível que seja apresentado aos jovens os escritores contemporâneos.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 06 a 08:

Roupa em fase de crescimento

Não me impressiona tanto a notícia de que uns alemães puseram para andar no mercado um sapato capaz de acompanhar, até o limite de dois centímetros, o crescimento dos pés da garotada. Se me permitem, minha mãe fez melhor, ou fez antes, sem a pretensão de revolucionar o que quer que fosse.

Naquele tempo, a década de 50 (do século 20, por favor), não se usava comprar roupa pronta. Não que não existissem lojas de roupa. Era mais econômico mandar fazer.

Havia sempre na cidade uma pessoa jeitosa que costumava “para fora” e à qual se podia encomendar quase todo o guarda-roupa familiar a ser acondicionado, aliás, num guarda-roupa, trambolho que provinha, esse sim, de alguma loja, pois não se disseminara ainda a prática de embutir armários. Acontecia também de se convocar a tal pessoa para se instalar, de mala, cuia, tesoura e agulha, na residência da família, e ali pedalar, dias a fio, uma máquina de costura.

Em nossa casa costumava pousar a bem-humorada Noésia, exímia na arte de produzir himalaias de roupa. Foi Noésia quem confeccionou as prodigiosas calças que não paravam de espichar. Mas foi mamãe quem garimpou, sabe Deus em que atacadista, a peça de linho cinzento com que elas foram feitas. Deixa que eu dou jeito, dona Wanda, dizia Noésia a cada nova temporada em casa e, pela enésima vez, tome encurtar as barras.

(Humberto Werneck,
O espalhador de passarinhos & outras crônicas. Adaptado)

06. O cronista se dirige aos leitores no trecho:

- (A) “Se me permitem, minha mãe fez melhor, ou fez antes...” (1º parágrafo)
- (B) “Não que não existissem lojas de roupa.” (2º parágrafo)
- (C) “Era mais econômico mandar fazer.” (2º parágrafo)
- (D) “Em nossa casa costumava pousar a bem-humorada Noésia...” (4º parágrafo)
- (E) “Deixa que eu dou jeito, dona Wanda, dizia Noésia...” (4º parágrafo)

07. No contexto em que foi empregada, a palavra destacada em “... a bem-humorada Noésia, **exímia** na arte de produzir himalaias de roupa.” (4º parágrafo) é um sinônimo de

- (A) “interessante”.
- (B) “lenta”.
- (C) “excelente”.
- (D) “antiga”.
- (E) “hesitante”.

08. Assinale a alternativa em que uma vírgula foi corretamente acrescentada a um trecho do texto, sem alteração do sentido original.

- (A) "... sem a pretensão, de revolucionar o que quer que fosse." (1º parágrafo)
- (B) "... à qual se podia encomendar, quase todo o guarda-roupa familiar..." (3º parágrafo)
- (C) "... pois não se disseminara ainda a prática, de embutir armários." (3º parágrafo)
- (D) "Em nossa casa, costumava pousar a bem-humorada..." (4º parágrafo)
- (E) "Foi Noésia, quem confeccionou as prodigiosas calças..." (4º parágrafo)

09. A norma-padrão de regência verbal foi plenamente respeitada em:

- (A) Evitar a compra de roupas prontas pode acarretar de economia de dinheiro.
- (B) Há pessoas que optam por roupas que possam durar muito.
- (C) Quem visa de economizar pode procurar alternativas às roupas prontas.
- (D) Costurar as próprias roupas implica ao aprendizado de técnicas específicas.
- (E) Quem almeja em roupas de boa qualidade deve conhecer os tecidos existentes.

10. A colocação pronominal está em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) Nem sempre encontra-se uma boa biblioteca perto de casa.
- (B) Não deve-se privar os jovens do contato com os livros de ficção.
- (C) Há autores que dispõem-se facilmente a conversar sobre seus livros.
- (D) Se encontram com frequência professores capazes de formar bons leitores.
- (E) Nas bibliotecas pode-se ficar por horas em busca de livros interessantes.

11. Para o café da manhã, foi feito um bolo. A primeira pessoa a acordar, ao chegar à mesa, comeu a quinta parte desse bolo. A segunda pessoa a acordar comeu a terça parte do que sobrou desse bolo. A terceira pessoa a acordar comeu três oitavos do que ainda havia desse bolo.

É correto afirmar que a quarta e última pessoa a acordar encontrou sobre a mesa a seguinte fração correspondente ao que sobrou desse bolo inteiro:

- (A) $1/6$
- (B) $2/5$
- (C) $1/3$
- (D) $3/8$
- (E) $7/15$

12. Uma pessoa precisa tomar três tipos de remédios, em cápsulas, sendo que um deles é de 3 em 3 horas, outro é de 6 em 6 horas e o terceiro é de 8 em 8 horas. O médico recomendou que, no início do tratamento, todos os remédios deveriam ser tomados ao mesmo tempo, e o tratamento seria encerrado quando os três remédios fossem tomados juntos pela quarta vez.

Nessas condições, é correto afirmar que o número total de cápsulas que essa pessoa precisa tomar é igual a

- (A) 33.
- (B) 40.
- (C) 45.
- (D) 48.
- (E) 50.

13. Em um encontro de professores, compareceram pessoas de 3 regiões diferentes. Da região F, houve a presença de 160 pessoas; da região G, de 100 pessoas; da região H, de 60 pessoas. A organização do encontro quer organizar o maior número de mesas, sendo que, em cada mesa, deve haver o mesmo número de professores de cada região.

Cumprindo essas condições, cada uma dessas mesas terá quantos professores?

- (A) 20
- (B) 16
- (C) 15
- (D) 12
- (E) 10

14. Para uma festa, apenas 18 convidados confirmaram presença até a data solicitada, de modo que, para os organizadores, 144 brigadeiros seriam suficientes. Ao se aproximar o dia do evento, no entanto, outros convidados manifestaram sua participação, totalizando 63 confirmações.

Considerando a mesma razão inicial e que os brigadeiros são vendidos em pacotes com 50 unidades, para ser suficiente, a encomenda de brigadeiros deve aumentar em

- (A) 250.
- (B) 300.
- (C) 350.
- (D) 400.
- (E) 450.

15. Em uma tapeçaria, 4 máquinas de tecelagem, iguais, operando ininterruptamente durante 6 horas por dia, produzem 240 tapetes iguais em 2 dias. Uma das máquinas apresentou defeito, e, para atender a uma nova encomenda de 600 desses tapetes, o gerente de produção ampliou o tempo de operações das máquinas para 8 horas ininterruptas por dia.

Desse modo, a produção será possível em quantos dias?

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) 7

16. Ana, Beatriz, Carolina e Denise têm juntas um total de R\$ 280,00. Sabe-se que Denise tem 60 reais a mais do que Carolina, que Ana tem 30 reais a mais do que Beatriz e que Carolina tem 20 reais a menos do que Beatriz.

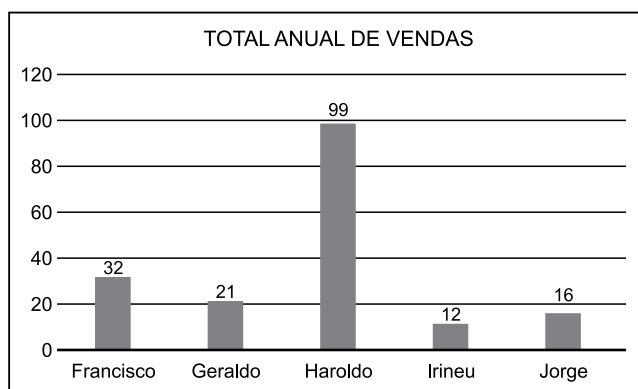
De quantos reais é a soma dos valores entre a que mais tem e a que menos tem?

- (A) 100
- (B) 110
- (C) 120
- (D) 130
- (E) 140

17. Entre outros ingredientes, uma receita de bolo que serve 4 pessoas mostra que são necessários 250 g de farinha de trigo, 180 g de açúcar e 120 g de chocolate em pó.

Para fazer um bolo para 30 pessoas utilizando essa mesma proporção, qual será a massa total desses 3 ingredientes, em quilogramas?

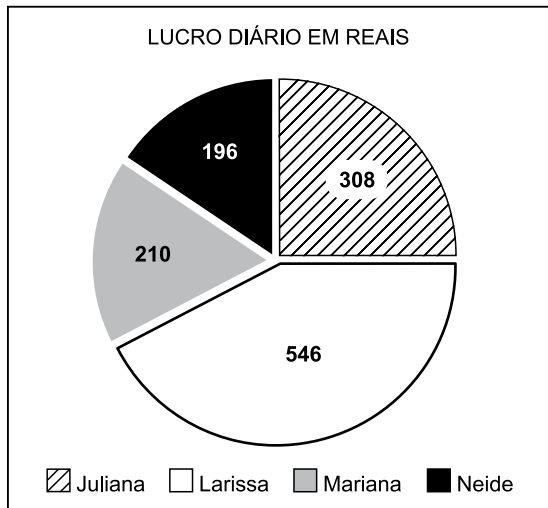
- (A) 3,675
(B) 3,850
(C) 4,125
(D) 4,300
(E) 4,625
18. Observe o gráfico a seguir, que mostra o total anual de vendas de cada um dos cinco vendedores de uma loja de revenda de automóveis:



As vendas de Haroldo representam, do total vendido pelos cinco vendedores, uma porcentagem igual a

- (A) 80%.
(B) 75%.
(C) 60%.
(D) 55%.
(E) 50%.

19. Observe o gráfico de setores circulares a seguir, que mostra o lucro, em reais, de quatro vendedoras de cosméticos:



Na construção desse gráfico, a medida (em graus) do setor circular que representa o lucro de Larissa supera a medida do respectivo setor de Mariana em um valor igual a

- (A) 85° .
(B) 90° .
(C) 96° .
(D) 102° .
(E) 105° .
20. Um terreno tem a forma de um trapézio retângulo. Se a base menor e a altura dele medem 15 m cada uma, enquanto a base maior mede 35 m, então o perímetro desse trapézio retângulo é igual a

- (A) 75 m.
(B) 80 m.
(C) 85 m.
(D) 90 m.
(E) 95 m.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. Um servidor público, navegando no explorador de arquivos do Windows 11, em sua configuração-padrão, decidiu criar um novo diretório para abrigar a documentação de seus colegas de trabalho.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um nome que seria aceito no Windows 11 para esse diretório.

- (A) contracheques/2025
- (B) contracheques>2025
- (C) contracheques:2025
- (D) contracheques@2025
- (E) contracheques?2025

22. Analise a seguinte planilha, feita no MS-Excel 2021, em sua configuração-padrão:

	A	B	C
1	Servidor	Avaliação	Comissão
2	João	8	R\$ 28,00
3	Maria	9	R\$ 35,00
4	Pedro	6,5	R\$ 25,00
5	Natasha	8	R\$ 78,00
6			

Um usuário incluiu a seguinte fórmula na célula A6:

=SOMASE(B2:B5;">=8,0";C2:C5)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o resultado obtido por esse usuário.

- (A) 106
- (B) 35
- (C) 0
- (D) #N/D
- (E) 141

23. Um servidor público, utilizando o programa MS-PowerPoint 2021, em sua configuração-padrão, está construindo uma apresentação e precisa visualizar suas anotações no momento da apresentação dos slides.

Para atingir esse objetivo, ele deve acessar uma configuração que consta em qual aba do programa?

- (A) Inserir
- (B) Exibição
- (C) Apresentação de Slides
- (D) Animações
- (E) Revisão

24. No Google Formulários, para _____, é necessária a instalação de um *plugin*.

A lacuna é corretamente preenchida por:

- (A) usar *templates* prontos e importar questões de modelos
- (B) fechar o formulário automaticamente a partir de um número máximo de respostas
- (C) dividir o formulário por seções
- (D) criar um teste com pontuação, similar a um *quiz*
- (E) gerar um link com o formulário pré-preenchido

25. O modo de navegação anônima, presente em navegadores de internet como o Google Chrome e o Mozilla Firefox, tem, entre as suas funcionalidades, a de

- (A) impedir o rastreamento pelo provedor de internet.
- (B) permitir mudar a localização da conexão, simulando uma conexão de outro país, por exemplo.
- (C) permitir navegar de forma segura de invasões ao utilizar redes sem fio sem proteção.
- (D) não armazenar cookies e dados de formulários ao fechar o navegador.
- (E) ocultar o endereço de IP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Considere que a equipe de fiscalização de tributos mobiliários realizou uma operação fiscal em uma tradicional empresa de radiodifusão da Cidade, denominada “Incorpora Sempre e Melhor”, ao verificar que todas as notas fiscais por ela emitidas estavam enquadradas como importação de serviços e, em sua avaliação, não sujeitas à incidência do ISSQN.

O auditor fiscal, estranhando a situação, questionou os representantes da empresa sobre o motivo do não recolhimento do tributo, sendo informado de que, antes da Constituição Federal de 1988, a empresa obteve decisão judicial transitada em julgado, reconhecendo a desnecessidade de recolhimento do imposto nas operações de importação.

Em razão disso, ainda que atualmente a importação de serviços seja considerada fato gerador do dever de recolher o tributo, os representantes da empresa alegam que, diante da coisa julgada e do direito assegurado pela nova Constituição ao respeito às decisões judiciais definitivas, mantêm o direito de não efetuar o pagamento do imposto.

De toda forma, os representantes ponderaram que, para que seja lavrado auto de infração e exigido o pagamento do tributo, é necessário que seja previamente concedido prazo para apresentação de defesa administrativa.

Com base na situação hipotética e à luz da teoria constitucional, é correto afirmar que

- (A) o representante da empresa está correto, pois a coisa julgada formada em constituição anterior deve ser preservada na nova constituição.
- (B) como, de acordo com a teoria original, o poder constituinte originário é ilimitado e incondicionado, a decisão judicial não pode ser utilizada como óbice à cobrança do tributo.
- (C) o setor de fiscalização não precisa conceder o direito de defesa na fase administrativa, pois a Constituição só torna obrigatório o respeito ao contraditório e a ampla defesa nos processos judiciais.
- (D) o representante da empresa está correto, pois a nova constituição assegura o respeito à coisa julgada, ressalvada a possibilidade de uma emenda à Constituição eliminar esse direito.
- (E) o setor de fiscalização precisa conceder o direito de defesa, na extensão solicitada, pois a Constituição assegura que todo ato da administração, que afete o particular, seja precedido de prévia oitiva do interessado.

27. Uma vereadora propôs um projeto de lei que tem como objetivo obrigar o município a conceder, aos proprietários de veículos elétricos, um reembolso no valor da participação do município no resultado do IPVA, por considerar que a medida trará importantes impactos para o meio ambiente. Após aprovada pela unanimidade dos vereadores, o projeto foi enviado ao chefe do Poder Executivo e vetado, por inconstitucionalidade, pois não considerou a estimativa de impacto financeiro, como determina a Constituição Federal. Com base na situação hipotética, a respeito do controle de constitucionalidade, é correto afirmar que o veto

- (A) integra o sistema de controle abstrato de constitucionalidade.
- (B) não pode ser expedido com esse motivo, pois compete exclusivamente ao Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade de uma lei.
- (C) integra o sistema de controle difuso de constitucionalidade.
- (D) pode ser feito por esse motivo, desde que seja posteriormente validado pelo STF, que possui a competência originária para declarar a constitucionalidade/inconstitucionalidade de leis municipais.
- (E) é considerado espécie de controle preventivo de constitucionalidade.

DIREITO CIVIL

28. Durante uma vistoria de rotina, os agentes de fiscalização do município de Itatiba identificaram que um bar particular havia delimitado um espaço na praça e o estava utilizando para instalar mesas e cadeiras de seu estabelecimento, sem autorização formal da administração pública.

Considerando a situação hipotética narrada, é correto afirmar que o espaço delimitado pelo bar se trata de um bem

- (A) de uso especial, uma vez que tem uma destinação certa e determinada.
- (B) dominical, que poderá ser utilizado de forma comum, gratuita ou onerosamente.
- (C) de uso comum do povo, o que o torna inalienável enquanto mantiver essa qualificação.
- (D) que poderá ser utilizado pelo restaurante, bastando apenas que se comprove o interesse público.
- (E) dominical, insuscetível de usucapião.

29. Daiana, de dezesseis anos, decide se casar com Júnior, seu namorado, de trinta e seis anos. Por insistência das famílias, decidem realizar um pacto antenupcial perante o oficial de registro, estabelecendo como regime de bens o regime de participação final nos aquestos.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso Daiana e Júnior decidam não mais se casar, o pacto antenupcial será nulo.
- (B) Daiana e Júnior poderão convencionar a livre disposição de eventuais bens imóveis, desde que particulares.
- (C) Por Daiana ser relativamente incapaz, não se faz necessária a aprovação de seus representantes legais, bastando apenas a comprovação de que o pacto antenupcial é realizado por sua livre e espontânea vontade.
- (D) É ineficaz o pacto antenupcial se não for realizado por escritura pública.
- (E) Para ter efeitos perante terceiros, Daiana e Júnior deverão registrar o pacto antenupcial perante o cartório de registro de títulos e documentos do domicílio deles.

DIREITO EMPRESARIAL

30. Consiste na sociedade que tem por características, entre outras, a variabilidade ou dispensa do capital social, a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, o quórum para funcionamento e deliberação da assembleia geral fundado no número de sócios presentes à reunião e não no capital representado e a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

Trata-se da sociedade

- (A) em conta de participação.
- (B) em comandita simples.
- (C) simples.
- (D) cooperativa.
- (E) coligada.

31. O estabelecimento empresarial é formado pelo complexo de bens, corpóreos ou incorpóreos, organizado de modo a possibilitar o exercício da empresa, seja por empresário, seja por sociedade empresária.

A esse respeito, assinale a assertiva correta.

- (A) O estabelecimento, que tanto pode ser físico quanto virtual, também pode ser definido como sendo o local onde é exercida a atividade empresarial.
- (B) Não há impedimento a que o estabelecimento possa ser objeto unitário de direitos e negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- (C) O contrato de trespasse do estabelecimento produz efeitos perante terceiros a partir da data em que for celebrado.
- (D) No caso de trespasse, o alienante permanecerá pessoalmente obrigado pelo prazo de 2 anos, pelos créditos vencidos a partir da publicação do contrato.
- (E) Em caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, o alienante ficará impedido de fazer concorrência ao adquirente pelo prazo limite de 5 anos, contados da publicação do contrato.

DIREITO PENAL

32. Tendo em conta os crimes contra a fé pública e os crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de falsificação de papéis públicos, previsto no art. 293, do CP, é próprio de funcionário público.
- (B) O crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299, do CP, se particular o documento, só será punível se resultar prejuízo à vítima ou terceiros.
- (C) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, previsto no art. 300, do CP, é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.
- (D) O crime de peculato-furto, previsto no parágrafo 1º, do art. 312, do CP, é punido de forma mais grave que o crime de peculato-apropriação, previsto no “caput” do mesmo dispositivo penal.
- (E) O crime de excesso de exação, previsto no parágrafo 1º, do art. 316, inadmitte a modalidade culposa.

33. Tendo em conta a Lei nº 13.869/2019, que tipifica os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.
- (A) Os crimes nela previstos, sem exceção, para se caracterizarem, exigem do autor uma finalidade específica.
 - (B) Os crimes nela previstos somente podem ser praticados por agentes públicos, servidor ou não, da administração direta e indireta, excluídos os vinculados aos entes fundacionais.
 - (C) Prevê como pena restritiva de direito a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, sem prejuízo do recebimento dos vencimentos, perdendo-se, contudo, eventuais vantagens.
 - (D) São efeitos da condenação a inabilitação para o exercício do cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos, condicionado, no entanto, à ocorrência de reincidência em qualquer crime.
 - (E) Todos os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, com exceção do crime de violência institucional, que depende da representação da vítima.

DIREITO TRIBUTÁRIO

34. Determinada empresa localizada no município de Cuiabá exporta grãos de soja produzidos no município de Sinope e armazenados no Município de Santos.
- Diante dessa situação hipotética,
- (A) há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a exportação dos grãos, devido no município de Sinope, e sobre a armazenagem, devido no município de Santos.
 - (B) há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a exportação dos grãos, devido no município de Cuiabá, e sobre a armazenagem, devido no município de Santos.
 - (C) não há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nem sobre a exportação dos grãos, nem sobre a armazenagem.
 - (D) não há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a exportação dos grãos, mas há sobre a armazenagem, devido no município de Santos.
 - (E) há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a exportação dos grãos e sobre sua armazenagem, ambos devidos no município de Santos.

35. A prefeitura de um município paulista estipulou alíquotas progressivas do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU com base na metragem do imóvel: quanto maior o imóvel, maior a alíquota aplicada para o cálculo do tributo.

Considerando as disposições constitucionais, é correto afirmar que a progressividade aplicada pelo município é

- (A) constitucional, pois o IPTU pode ser progressivo em razão do tamanho, da localização e do uso do imóvel.
- (B) inconstitucional, pois o IPTU somente pode ser progressivo em razão do valor, da localização e do uso do imóvel.
- (C) constitucional, pois o IPTU pode ser progressivo em razão do valor, do tamanho, da localização, do uso do imóvel e do número de imóveis de propriedade do contribuinte.
- (D) inconstitucional, pois o IPTU somente pode ser progressivo em razão do valor, da localização, do uso do imóvel e do número de imóveis de propriedade do contribuinte.
- (E) constitucional, pois o IPTU pode ser progressivo em razão do valor, do tamanho, da localização e do número de imóveis de propriedade do contribuinte.

36. Observe a seguinte afirmação:

De acordo com o Código Tributário Nacional, constitui _____ aquele(a) proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito(a) na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) crédito fiscal
- (B) crédito tributário
- (C) cobrança do crédito tributário
- (D) dívida ativa tributária
- (E) dívida fiscal

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

37. Assinale a alternativa correta no que se refere à base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis – ITBI, segundo as disposições da Lei nº 4.619/2013 do município de Itatiba.

- (A) Quando relativo à venda de parte ideal de imóvel em municípios contíguos (limítrofes), o imposto será recolhido integralmente para o município em que estiver localizada a parte maior do imóvel.
- (B) Tratando-se de arrematação de bem imóvel, a base de cálculo para fins de recolhimento do imposto será o valor pago na arrematação, independentemente do valor venal do bem.
- (C) Nos casos de divisão de patrimônio comum, partilha ou extinção de condomínio, a base de cálculo do imposto será o valor da meação ou parte ideal.
- (D) Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda, será deduzida da base de cálculo a parte do preço ainda não paga pelo cedente.
- (E) Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a exemplo do usufruto, e na cessão de direitos e acessão física, a base de cálculo será o valor venal do imóvel quando esse for inferior ao do negócio jurídico.

38. Nos termos da Lei nº 4.618/2013, que dispõe acerca do Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza – ISS, no município de Itatiba, é correto afirmar que

- (A) o contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas na referida lei ficará sujeito a incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.
- (B) considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte, desde que observadas as características descritas em lei, ainda quando prestado por pessoa jurídica.
- (C) o preço do serviço engloba a receita bruta que a ele corresponda, abatidas as deduções previstas na lei.
- (D) são consideradas dentre as sociedades unipessoais, as que tenham como sócia pessoa jurídica e também as que tenham caráter empresarial, para fins da tributação pelo imposto.
- (E) consiste em hipótese de não incidência do imposto, a prestação dos serviços de registros públicos, cartórios e notariais.

39. Segundo estabelece a Lei nº 5.063/2017 do município Itatibense, os pedidos de enquadramento ou renovação no Regime Especial de Tributação (Simples Nacional) pelos escritórios de serviços contábeis deverão ser apresentados a cada ano, obrigatoriamente, de

- (A) 02 de janeiro a 28 de fevereiro.
- (B) 02 de fevereiro a 31 de março.
- (C) 10 de janeiro a 31 de março.
- (D) 31 de janeiro a 31 de março.
- (E) 31 de janeiro a 28 de fevereiro.

CONTABILIDADE

40. Determinada empresa possui as seguintes contas vinculadas ao resultado do exercício, em reais:

- COFINS sobre faturamento 2.419,20
- Custo da mercadoria vendida 39.632,00
- Despesas financeiras 6.004,35
- ICMS sobre vendas 9.676,80
- PIS sobre faturamento 524,15
- Receita operacional bruta 80.640,00
- Despesas administrativas 10.440,00

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que a empresa apresenta

- (A) lucro operacional líquido de R\$ 49.308,80.
- (B) receita líquida de vendas de R\$ 77.696,15.
- (C) lucro operacional bruto de R\$ 68.019,85.
- (D) receita líquida de vendas de R\$ 28.387,15.
- (E) lucro operacional líquido de R\$ 11.943,50.

41. Ao elaborar o Balanço Patrimonial em 31.12.2023, determinada empresa classificou a conta Arrendamento Mercantil a Pagar no valor de R\$ 159.600,00 no Passivo não Circulante – exigível a longo prazo, pois tal conta representava um compromisso com vencimento para 30.06.2025. Ao elaborar, a pedido, um balanço patrimonial semestral em 30.06.2024, essa mesma conta seria classificada em

- (A) Reservas de capital a integralizar.
- (B) Resultado de exercícios futuros.
- (C) Exigível a longo prazo.
- (D) Passivo circulante.
- (E) Resultado diferido.

42. Um elemento essencial da definição de entidade de investimento é que ela mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no _____, pois o uso do _____ resulta em informações mais relevantes do que, por exemplo, a consolidação de suas controladas ou o uso do _____ para suas participações em coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) lucro real ... lucro real ... método de custo de aquisição
- (B) aporte real ... aporte real ... método do fluxo de caixa descontado
- (C) valor justo ... valor justo ... método da equivalência patrimonial
- (D) valor patrimonial ... valor patrimonial ... método do valor do patrimônio
- (E) lucro presumido ... lucro presumido ... método do preço de entrada

CONTABILIDADE PÚBLICA

43. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, Capítulo IV – dos Balanços, a avaliação dos elementos patrimoniais obedece determinadas normas. Por exemplo, de acordo com a citada lei, os bens de almoxarifado são avaliados pelo

- (A) valor nominal.
- (B) valor de aquisição.
- (C) valor de marcação a mercado.
- (D) preço médio ponderado das compras.
- (E) preço corrente do custo de reposição.

44. No orçamento da Secretaria de Finanças de determinada prefeitura, para o exercício de 2025, estavam previstas as seguintes despesas orçamentárias:

- aquisição de imóveis;
- equipamentos e material permanente;
- aquisição de títulos de crédito;
- obrigações patronais;
- contrato de gestão.

De acordo com as características e com a legislação que classifica por grupo de natureza a despesa orçamentária, essas despesas serão classificadas, respectivamente, como:

- (A) investimentos; investimentos; outras despesas correntes; pessoal e encargos sociais; inversões financeiras.
- (B) transferência de capital; transferência de capital; transferências correntes; outras despesas correntes; outras despesas correntes.
- (C) inversões financeiras; investimentos; inversões financeiras; pessoal e encargos sociais; outras despesas correntes.
- (D) investimentos; inversões financeiras; outras despesas de capital; outras despesas correntes; pessoal e encargos sociais.
- (E) inversões financeiras; investimentos; transferência de capital; pessoal e encargos sociais; outras despesas de capital.

45. Observe os eventos a seguir extraídos de determinada entidade pública, relativos ao ano de 2024:

1. Aprovação da Lei Orçamentária Anual:
 - receitas correntes R\$ 1.092.000,00;
 - receitas de capital R\$ 468.000,00;
 - despesas correntes R\$ 1.014.000,00;
 - despesa de capital R\$ 546.000,00.
2. Transferências financeiras recebidas: R\$ 320.900,00.
3. Outras movimentações financeiras concedidas: R\$ 405.600,00.
4. Arrecadação de impostos: R\$ 873.600,00.
5. Empenho, liquidação e pagamento de despesa com pessoal: R\$ 510.500.
6. Transferências financeiras concedidas: R\$ 100.000,00.
7. Desbloqueios de valores em caixa: R\$ 80.000.
8. Empenho, liquidação e pagamento de despesa de serviços: R\$ 95.500,00.

De acordo com as informações apresentadas, o resultado financeiro da entidade no período será, em R\$, de

- (A) 82.900,00.
- (B) 162.900,00.
- (C) 167.600,00.
- (D) 258.400,00.
- (E) 267.600,00.

- 46.** Durante uma auditoria fiscal em uma empresa de pequeno porte do ramo de confecção (Empresa Beta Ltda.), o auditor resolve cruzar os lançamentos contábeis com os livros-caixa e as demonstrações financeiras. Ao examinar o Razão da conta “Caixa”, o auditor observa que, em vários dias consecutivos, ao longo dos meses de agosto e setembro, a conta apresenta saldos credores, ou seja, valores negativos, o que não é possível em uma conta que representa dinheiro em espécie.

Ao ser questionada, a empresa alega erro contábil, mas não apresenta documentos comprobatórios (notas fiscais, recibos ou controle de caixa interno) que expliquem o fluxo de numerário. O auditor então verifica que a empresa não possui conta bancária com saldosuficiente que justifique a movimentação de caixa com recursos bancários; constata, por amostragem, que a empresa faz grande parte de suas vendas em dinheiro; observa que há pagamentos de despesas (como fornecedores e funcionários) em espécie, com datas que coincidem com os saldos credores de caixa; constata, ainda, que não há registros de empréstimos, adiantamentos de sócios ou qualquer outra fonte legítima de recursos.

Com base na situação descrita, é possível afirmar que o auditor está diante de um forte indício de

- (A) lavagem de dinheiro.
- (B) evasão de divisas.
- (C) parecer com ressalvas.
- (D) omissão de receitas.
- (E) falha nos controles substantivos.

- 47.** Analise os casos descritos a seguir:

Caso 1: Durante a auditoria de uma empresa pública, o auditor decide verificar se os pagamentos superiores a R\$ 10.000,00 estão sendo devidamente autorizados pelo gerente financeiro, conforme exigido pela política interna da empresa. O auditor seleciona uma amostra de 30 pagamentos desse tipo e examina os documentos comprobatórios (notas fiscais, ordem de pagamento, autorização assinada). Ele constata que, em 28 dos 30 casos, a autorização foi corretamente registrada, com as assinaturas dos responsáveis.

Caso 2: O auditor envia cartas de circularização para os principais clientes da empresa, solicitando confirmação de saldos a receber. O objetivo é validar a existência dos saldos de contas a receber na data do balanço.

Caso 3: O auditor refaz os cálculos de depreciação dos ativos imobilizados com base nas taxas e vidas úteis previstas na política contábil da empresa, a fim de verificar a correção do valor registrado.

Com base nas descrições apresentadas, é correto afirmar que os testes de auditoria aplicados se classificam respectivamente como:

- (A) teste substantivo, teste harmônico e teste efetivo.
- (B) teste de observância, teste efetivo e teste substantivo.
- (C) teste substantivo, teste substantivo e teste de observância.
- (D) teste efetivo, teste substantivo e teste de observância.
- (E) teste de observância, teste substantivo e teste substantivo.

- 48.** Joana é auditora de controle interno e está avaliando a situação fiscal do município de “A”. Ela quer saber se o município gerou ou consumiu patrimônio no exercício de 2024 e quais foram os fatores que mais contribuíram para esse resultado, considerando a variação dos saldos contábeis em 2024 em relação ao saldo apresentado para o ano de 2023. O objetivo de Joana é identificar variações que possam não ser consistentes entre si, assim identificando áreas e processos que possam requerer análise mais detalhada.

Ao realizar tal comparação, pode-se dizer que Joana está aplicando o procedimento de auditoria conhecido por

- (A) análise de variações, que consiste em espécie de procedimento analítico substantivo.
- (B) análise comparativa, que consiste em espécie de teste de controle.
- (C) análise comparativa, que consiste em espécie de procedimento de análise de risco.
- (D) inspeção, que consiste em espécie de teste de controle.
- (E) inspeção, que consiste em espécie de procedimento analítico substantivo.

49. Aldo, recém-nomeado para o cargo de auditor fiscal, foi designado para participar de uma operação fiscal cujo objetivo é identificar eventuais irregularidades no cumprimento de obrigações acessórias por parte de uma entidade integrante da administração indireta Administração Pública Federal, que se autodeclara beneficiária da imunidade recíproca e, por essa razão, não tem efetuado o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Em reunião de alinhamento realizada na Divisão de Fiscalização, os auditores discutem alguns aspectos do Direito Administrativo que consideram relevantes para a operação.

Com base na situação hipotética e no tema da administração direta e indireta, Aldo poderá afirmar corretamente na reunião que

- (A) por integrar a administração indireta, a entidade se enquadra no conceito de órgão público e é, portanto, dotada de personalidade jurídica de direito público.
- (B) caso a entidade seja uma empresa estatal, estará constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado e terá o seu capital social integrado por pessoas jurídicas estatais e particulares.
- (C) a entidade pode ser uma autarquia, com personalidade jurídica de direito público e cujo objeto social deve ser identificado na lei, responsável por sua criação.
- (D) a entidade pode ser uma fundação pública, que pode exercer atividades com fins lucrativos, mas que não pode ser provida de personalidade jurídica de direito privado.
- (E) caso a entidade seja uma sociedade de economia mista, o seu capital social será integralmente público e o seu regime jurídico será semelhante ao das autarquias se o seu objeto social for a prestação de serviços públicos.

50. Fabiana, auditora fiscal, está realizando uma operação em uma empresa que presta serviços de limpeza, asseio e conservação para diversas entidades públicas. Ao analisar os documentos fiscais e conversar com representantes da empresa, passou a ter dúvidas quanto ao correto enquadramento tributário das atividades prestadas em razão dos contratos administrativos, especialmente no que se refere ao efetivo local de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Diante disso, solicitou que o contribuinte forneça o documento necessário à contratação de bens e serviços, o qual deve conter, entre outros elementos, a definição do objeto — incluindo sua natureza, quantitativos, prazo contratual e, se for o caso, a possibilidade de prorrogação —, a fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgá-los integralmente, no extrato das partes que não contenham informações sigilosas, além da descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/2021, o contratado, então, deve fornecer

- (A) o termo de referência.
- (B) o estudo técnico preliminar.
- (C) o projeto executivo.
- (D) a ata de registro de preço.
- (E) a matriz de risco.

